



Nota de Abertura

Para fazer face ao reforço da variedade dos alimentos presentes no mercado da União Europeia, e à necessidade de aprovação da sua produção e comercialização no espaço da União, foi aprovado um novo regulamento para permitir a sua autorização.

Este novo regulamento entrou em vigor a 1 de janeiro de 2018, tendo introduzido melhorias significativas e alterações ao procedimento de autorização de novos alimentos. O novo regulamento inclui uma definição mais abrangente de novos alimentos, tendo em conta a inovação e os avanços tecnológicos no setor alimentar, a existência de um sistema centralizado de autorização à escala da União Europeia para novos alimentos, os alimentos tradicionais provenientes de países terceiros e uma lista de todos os novos alimentos autorizados na União, para além de disposições em matéria de proteção de dados para os requerentes.

A procura de novas fontes alimentares e o desenvolvimento de novos alimentos é uma das prioridades da investigação e da tecnologia a nível mundial. Esta procura tem a ver com a necessidade de alimentar uma população mundial em crescimento, mas, também e sobretudo, com a necessidade de preencher nichos de mercado e de valorizar as produções tradicionais. No caso dos Açores, muito se tem falado da necessidade de novos produtos na área da agroindústria, principalmente na indústria dos laticínios, a principal da região, quer devido ao volume de negócios, quer à cobertura que tem no arquipélago, pois está presente em todas as ilhas. ♦

PROF. DOUTOR ALFREDO BORBA
COORDENADOR DO CENTRO
DE INFORMAÇÃO EUROPE DIRECT
DOS AÇORES

Mercado Único Europeu comemora 25 anos

Considerado um dos maiores sucessos da UE, por ter aumentado a competitividade económica e abolido centenas de barreiras legais e burocráticas nacionais, o Mercado Único Europeu celebra este ano o seu 25.º aniversário.

O Mercado Único aumentou de 12 para 28 Estados-Membros e abrange a Noruega, Islândia e o Liechtenstein (países do Espaço Económico Europeu), bem como a Suíça, através de acordos bilaterais. Apesar das incertezas e desafios, a zona de comércio livre da UE continua a exercer uma atração sem precedentes em todo o continente. Países vizinhos como a Turquia ou a Geórgia possuem acesso seletivo.

A livre circulação de mercadorias gera anualmente 25% do PIB incentivando o emprego e o investimento. Não existem taxas para transações transfronteiras, e as transferências bancárias são agora livres de custos. A eliminação



de obstáculos ao acesso a produtos e serviços digitais, como o bloqueio geográfico injustificado, poderia gerar €415 mil milhões adicionais. A livre circulação de dados, que faz parte da restante livre circulação, trará gran-

des benefícios aos cidadãos e o empreendedorismo digital oferecerá um grande número de soluções para os problemas das pessoas, se se permitir, capacitar e facilitar esta liberdade de circulação. ♦

Consulta pública sobre fundos da UE no domínio da coesão

Este ano, a Comissão Europeia vai apresentar propostas pormenorizadas para a próxima geração de programas financeiros para o quadro financeiro plurianual pós-2020, que constitui o orçamento da UE a longo prazo. Estas propostas serão concebidas de forma a que a UE atinja os objetivos fixados nos domínios mais importantes em que a sua intervenção possa ser mais eficaz do que a ação isolada dos Estados-Membros. Para tal, é necessário fazer uma avaliação tanto do que funcionou bem no passado, como do que poderá ser melhorado no futuro. É neste sentido que a Comissão lança esta semana uma consulta pública, a decorrer até 8 de março, para recolher as opiniões de todas as partes interessadas sobre a forma de tirar o máximo partido de cada euro do orçamento da UE.

A Comissão fará uma síntese das

respostas recebidas e estas serão tidas em conta na elaboração de propostas pormenorizadas para o quadro financeiro plurianual pós-2020 e para a próxima geração de programas financeiros.

Paralelamente, estão a decorrer outras consultas, que abrangem o conjunto do financiamento futuro da UE nos domínios da coe-

são, do investimento, investigação e inovação, PME e mercado único, da migração, da segurança, das infraestruturas estratégicas e dos valores e da mobilidade.

Esta consulta está disponível em linha, em 23 línguas oficiais, inclusive em português, e o tempo estimado para o preenchimento das respostas é de cerca de 30 minutos. ♦

Prémio de Jornalismo Fernando de Sousa

A Representação da Comissão Europeia em Portugal lançou a segunda edição do Prémio de Jornalismo Fernando de Sousa, a decorrer até 28 de fevereiro.

Os trabalhos a concurso devem ter sido publicados ou difundidos durante o ano de 2017 e contribuído para clarificar questões importantes a nível europeu ou que tenham promovido uma melhor comunicação entre as instituições da UE e os cidadãos europeus em Portugal.

Este prémio será atribuído a trabalhos desenvolvidos nas áreas de imprensa escrita, rádio, televisão e internet em três categorias: jornalista – media nacional, jornalista – media regional e estudante.

O regulamento e os formulários de candidaturas estão disponíveis em ec.europa.eu/portugal. ♦